

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**  
**SCHEILA MELO**

**O PEDAGOGO E O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM**  
**SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**CAXIAS DO SUL**

**2019**

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**  
**SCHEILA MELO**

**O PEDAGOGO E O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM  
SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho apresentado como avaliação para a  
Graduação em Pedagogia na Universidade de  
Caxias do Sul.  
Orientadora: Profa. Cristiane Backes Welter  
Dra. Ed.

**CAXIAS DO SUL**

**2019**

**SCHEILA MELO**

**O PEDAGOGO E O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM  
SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho apresentado como avaliação para a  
Graduação em Pedagogia na Universidade de  
Caxias do Sul.

Caxias do Sul, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Profa. Cristiane Backes Welter  
Dra. Ed.

---

Avaliador: Prof.

---

Avaliador: Prof.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pela presença constante em minha vida e por ter me proporcionado chegar até aqui.

Ao meu marido, meu grande incentivador apoiador, por toda a dedicação, paciência, compreensão e força para que eu seguisse em frente, pela parceria em toda minha caminhada acadêmica.

À minha orientadora Cristiane Backes Welter, pela ajuda necessária sempre que precisei.

Aos professores da Universidade de Caxias do Sul (UCS) que fizeram parte da minha jornada, por compartilhar seus conhecimentos e experiências.

Aos meus alunos com quem diariamente vivencio momentos de aprendizagem e entusiasmo.

Às famílias participantes da pesquisa que compartilharam comigo suas vidas, experiências e expectativas.

Às minhas colegas de trabalho com quem convivo diariamente agradeço pela compreensão. Vocês são fantásticas e é uma honra trabalhar e aprender juntas neste ano.

A Escola Descobrimundo, principalmente a diretora Cristiane Palandi, por me dar a oportunidade de aprender e desenvolver meu trabalho nessa instituição.

## RESUMO

Esse estudo abordou o tema “O pedagogo e o desenvolvimento de crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil”, em uma Escola de Educação Infantil da rede privada de ensino, na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo principal deste trabalho de conclusão de curso foi identificar qual o papel do pedagogo para estimular o desenvolvimento e a socialização de crianças com Síndrome de Down que frequentam uma escola de Educação Infantil. Usou-se como metodologia a revisão bibliográfica para rever estudos atuais sobre a temática da inclusão escolar, beneficiamo-nos com a contribuição de autores como Schwartzman (2003), Mantoan (2003) e Troncoso (1998). Além disso, usou-se como recurso a abordagem qualitativa, com foco no estudo de caso proposto por Robert Yin (2001), através da aplicação de questionários com as famílias dos alunos Down. Buscou-se esclarecer as diferenças entre a Educação Especial e a Educação Inclusiva, visto que são aspectos distintos. Nesse trabalho opta-se por compreender que as crianças com Síndrome de Down estão representadas nos estudos e pesquisas sobre a Educação Inclusiva. Aprofundamos o estudo da legislação que regulamenta a Inclusão Escolar para analisar como a Síndrome de Down está representada em termos legais e fez-se uma análise sobre a Síndrome de Down e suas dificuldades de aprendizagem. No que diz respeito a formação do pedagogo entende-se que esse profissional necessita ampliar seus conhecimentos sobre a Síndrome de Down para contribuir no desenvolvimento de crianças com essa síndrome. Explorou-se algumas estratégias e recursos pedagógicos que podem e devem ser utilizados pelo pedagogo na Educação Infantil, concluindo que o pedagogo é parte fundamental no desenvolvimento da criança com Síndrome de Down, pois ela necessita de muita estimulação desde os seus primeiros anos de vida. É preciso que haja um clima afetivo e de confiança entre o pedagogo e a criança para que a aprendizagem seja um desafio estimulante e positivo para ambos.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Pedagogo. Síndrome de Down

## ABSTRACT

This study addressed the theme "The pedagogue and development of children with Down Syndrome in Early Childhood Education" at a private school in the city of Caxias do Sul, State of Rio Grande do Sul. The main purpose of this course was to identify the role of the pedagogue in stimulating the development and socialization of children with Down Syndrome attending an Early Childhood Center. We will use as a methodology the bibliographic review that addresses the issue of school inclusion, making use of the valuable contribution of authors such as Schwartzman (2003), Mantoan (2003) and Troncoso (1998). In addition, we will use as a resource the qualitative approach, focusing on the case study proposed by Robert Yyn (2003), through interviews with Down students' families. It was sought to clarify the differences between Special Education and Inclusive Education, since there are divergences about the most appropriate nomenclature. In this paper we opt to understand that children with Down syndrome are represented in studies and research on Inclusive Education. We further study the legislation that regulates School Inclusion in order to analyze how Down's Syndrome is represented in legal terms and we have done an analysis about Down Syndrome and its learning difficulties. Regarding the training of the professional, we understand that the pedagogue needs to increase his knowledge about Down Syndrome to contribute to the development of children with this syndrome. We explore some strategies and pedagogical resources that can and should be used by the pedagogue in Early Childhood Education, concluding that the pedagogue is a fundamental part of the development of the child with Down Syndrome, since it requires a lot of stimulation from the first years of life. There needs to be an atmosphere of trust and confidence between the teacher and the child so that learning is a challenging and positive challenge for both.

**Keywords:** Inclusive Education, Pedagogue, Down Syndrome.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	8
2. METODOLOGIA .....	11
3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA – CONCEITOS E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA.....	13
3.1 LEGISLAÇÃO .....	15
4 SÍNDROME DE DOWN E SUAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM .....	18
5 A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN .....	21
6 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA: O PAPEL DO PEDAGOGO E DA FAMÍLIA DA CRIANÇA .....	28
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	33
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	35
APÊNDICE I.....	39
APÊNDICE II.....	40



## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso de Pedagogia tem como interesse ampliar o conhecimento sobre o título “A relação do pedagogo com o desenvolvimento de crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil”. Escolhemos este tema devido a sua relevância e atualidade, levando em consideração o fato que hoje no Brasil cerca de 300 mil pessoas têm Síndrome de Down.

De acordo com a legislação de 2008- Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Infantil de Educação Inclusiva, todos os indivíduos com necessidades especiais devem ser matriculados em escola regular. Baseando-se no princípio de educação para todos, a investigação realizada que resultou na presente monografia buscou respostas para as seguintes questões: Qual a importância do pedagogo no processo de desenvolvimento e alfabetização de crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil? A formação do pedagogo influencia neste processo? Quais as estratégias das práticas pedagógicas recomendadas?

Partindo da hipótese de que as crianças com Síndrome de Down apresentam dificuldades na aprendizagem escolar devido a Deficiência Intelectual que é uma das características da síndrome, acreditou-se que o apoio a ser oferecido pelo professor deve ser pensado de forma individualizada, definindo estratégias adequadas em conformidade com o perfil de potencialidades e dificuldades cognitivas e comportamentais de cada criança.

O professor da educação infantil deve estar preparado para receber todas as crianças, lidar com suas particularidades, a fim de proporcionar momentos pedagógicos, motivando-os a gostarem da arte de aprender, de compartilhar e de interagir. Além disso, consideramos que a família também é parte integrante do processo educativo.

O objetivo da monografia foi apontar por meio de revisão bibliográfica e por meio de questionários com as famílias, a importância do pedagogo para o desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil.

No terceiro capítulo apresenta-se a diferenciação entre a Educação Especial e a Educação Inclusiva, dando ênfase nesta última, visto ser o interesse deste trabalho. Explora-se também a contextualização do conceito de Educação Infantil, sob a perspectiva dos autores Carvalho (2008) e Kunc (1992).

No quarto capítulo traçou-se uma reflexão acerca da Legislação Brasileira em âmbito Nacional e Municipal, visto que a pesquisa foi realizada em uma Escola de Educação Infantil

da rede privada de ensino, na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Analisou-se ainda o Projeto Político Pedagógico (PPP), documento obrigatório que deve ser produzido pela escola onde realizou-se o estudo de caso, acerca do conceito de Educação Especial e Educação Inclusiva, conforme exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/1996.

Para a análise da legislação, consideramos a Constituição Federal, contando com o aporte do autor Araújo (2011). Examinou-se também a Portaria N.º 1.793/1994 do Ministério da Educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB 9.394/96), o Decreto N.º 3.298 de 20 de dezembro de 1999, a Lei n.º 7.853/89. Além de documentos internacionais que influenciam a política nacional, como a Declaração de Salamanca. Considerou-se a Declaração de Salamanca (1994) visto que é uma importante Resolução das Nações Unidas, elegida por diversos países no ano de 1994 na Espanha, e apresenta procedimentos padrões para a Equalização de Oportunidades para pessoas com deficiência. Esta declaração é considerada mundialmente um dos mais importantes documentos que visam a inclusão social.

Através das contribuições de autores como Varela (2019), Garcia (1998) e Major (1997) e fontes da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down (2019) e do Ministério da Educação (2013) abordou-se no terceiro capítulo a Síndrome de Down, buscando conhecer algumas das características dessa síndrome e a incidência do número de casos por nascimento no Brasil e no mundo. Explorou-se as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelas crianças Down, dado que sua idade cronológica é diferente da idade funcional, o que afeta algumas capacidades como linguagem, autonomia, motricidade e integração social, e se manifestam em maior ou menor grau em cada criança. Vê-se ainda que, essas limitações causadas por essa alteração genética podem ser superadas através da estimulação da criança desde o seu nascimento.

O quinto capítulo, trata da formação do pedagogo considerando a importância desse profissional na inserção das crianças com Síndrome de Down no ambiente escolar, sabendo como lidar com as diferenças e implementando intervenções pedagógicas que estimulem o desenvolvimento das crianças.

No sexto capítulo, apresenta-se a análise de dados referente a pesquisa qualitativa realizada através de um questionário aberto (Apêndice I) aplicados a duas famílias de crianças com Síndrome de Down que frequentam a Escola de Educação Infantil, situada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. O referido questionário conta com sete questões

abertas com o objetivo de conhecer os entendimentos e as percepções das famílias referente a Educação Inclusiva e sobre a importância do pedagogo no processo de aprendizagem dos filhos.

Por fim, nas considerações finais considerou-se os aspectos que complementaram nosso estudo, dando ênfase ao pedagogo e sua ligação direta aos processos de aprendizagem e desenvolvimento da criança, no contexto educativo inclusivo.

## 2 METODOLOGIA

O foco do nosso trabalho é analisar e entender o papel do pedagogo no desenvolvimento de crianças com Síndrome de Down na educação infantil. Para o desenvolvimento deste, fizemos uso dos recursos fornecidos através do estudo de caso, que abordam a questão da inclusão escolar. Optamos por esse método de pesquisa devido a relevância e a atualidade do assunto.

Restringimos nosso estudo às crianças que frequentam a Educação Infantil, por ser a primeira etapa da educação básica e de extrema importância para o seu desenvolvimento. Segundo o artigo 29 da LDB, esta etapa tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança nos seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Ressaltamos que no decorrer do nosso trabalho faremos uso apenas do termo “criança”, e não do termo “aluno”, visto que a Legislação que regulamenta a Educação Infantil compreende que o público desta etapa da Educação Básica caracteriza-se por “criança.”<sup>1</sup>

Entendemos como criança o ser humano que está na infância e ainda não chegou a fase da puberdade. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990), considera-se criança a pessoa de até 12 anos de idade incompletos. (BRASIL, 1990)

Marconi e Lakato (2002) afirmam que a finalidade da pesquisa bibliográfica é “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates, que tenham sido transcritos, por alguma forma, quer publicadas quer gravadas.” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p.71)

A pesquisa bibliográfica é então feita com o intuito de levantar um conhecimento disponível sobre teorias, a fim de analisar, produzir ou explicar um objeto sendo investigado. A pesquisa bibliográfica visa então analisar as principais teorias de um tema, e pode ser realizada com diferentes finalidades. (CHIARA, KAIMEN, et al,2008).

---

<sup>1</sup> Inciso V - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Fonseca (2002) considera que:

[...] A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta [...] (FONSECA, 2002, p. 32)

Além da pesquisa bibliográfica, utilizou-se como método de pesquisa a abordagem qualitativa.

A pesquisa qualitativa permite ser realizada com um número pequeno de pessoas, visto que seu objetivo é examinar a respeito do entendimento de determinado assunto de um grupo social, de uma organização, etc. Optamos por esse método de pesquisa visto que ela foi realizada em uma Escola de Educação Infantil da rede privada de ensino, na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul e direcionada apenas aos pais das crianças com Síndrome de Down que frequentam a instituição.

Segundo Minayo (1995):

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.[...] (MINAYO, 1995, p.21-22)

Godoy (1995, p.21) aponta diferentes formas de pesquisa qualitativa. O autor aponta pelo menos três diferentes possibilidades: pesquisa documental, estudo de caso e etnografia.

Escolheu-se a opção do estudo de caso, proposto por Robert Yin (1994) através de questionários aplicados a um grupo de famílias dos alunos Down que frequentam a Escola pesquisada. Para a coleta de dados optou-se pela aplicação de um questionário, composto por sete (7) questões abertas, com o objetivo de compreender como as famílias entendem e o que esperam da Inclusão Escolar. Além disso, buscou-se conhecer quais as expectativas quanto à alfabetização de seus filhos e a importância do pedagogo neste processo.

Robert Yin (1994) propõe que:

[...] No geral, os estudos de caso são a estratégia preferida quando questões “ como “ e “ porquê “ estão a ser colocadas, quando o investigador tem pouco controle sobre os acontecimentos, e quando o foco está nos fenômenos contemporâneos dentro do contexto da vida real. Tais estudos de casos “ explanatórios “ também podem ser complementados por outros dois tipos –estudos de caso “ exploratório “ e “ descritivo”. Independentemente do tipo de estudo de caso, os investigadores devem

exercer grande cuidado ao planejar e fazer estudos de casos para ultrapassar o tradicional criticismo do método. [...] (YIN, 1994, p.10)

As famílias participantes da pesquisa foram orientadas e motivadas a participar do nosso estudo e responderam o questionário em casa, fazendo a devolução do documento posteriormente. Após o recebimento do questionário já respondido pelas famílias e depois da leitura da entrevista e de analisá-la, pretendeu-se salientar trechos da entrevista transcrita, que apresentamos a análise da mesma de forma narrativa.

Para identificação das famílias que participaram da presente pesquisa, usamos a representação “F1” e “F2” e “P” para representar a autora do trabalho.

### **3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA – CONCEITOS E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA**

Antes de contextualizarmos a que se refere a Educação Inclusiva, se faz necessário entender a diferença entre esta e a Educação Especial, tendo em vista que existem algumas confusões acerca da nomenclatura mais adequada para as instituições de ensino que atendem todas as crianças da comunidade, independente das suas limitações físicas ou cognitivas.

De acordo com Mantoan (2006):

[...] Inclusão é a nossa capacidade de entender e receber o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência, física, para os que têm comportamento mental, para os superdotados, e para toda criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com outro [...]. (MANTOAN, 2006, p. 96).

A educação especial consiste em uma modalidade de ensino para pessoas com deficiência ou transtornos e síndromes. Baseia-se no emprego de ferramentas didáticas específicas para atender as diferenças físicas que a criança possui. Toda escola deve contar com materiais, tecnologia, equipamentos e professores especializados, enquanto o sistema regular de ensino ainda precisa ser adaptado e pedagogicamente transformado para atender de forma inclusiva.

Mazzota (1996) define a Educação Especial como:

[...] a modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e jovens (MAZZOTA, 1996, p.11).

A educação inclusiva por sua vez é uma modalidade de educação que insere alunos com qualquer tipo de deficiência, transtorno ou altas habilidades, no ambiente escolar regular. Desta forma, todos os estudantes, com e sem deficiência, têm a oportunidade de conviver e aprender juntos. Para que não haja o comprometimento do rendimento escolar dessas crianças é necessária a estruturação física da escola e capacitação dos professores para lidar com esses alunos diferenciados.

Na concepção de Carvalho (2008), a educação inclusiva:

[...] Nasceu como realidade, não sendo mais admissível ignorá-la, sendo então necessário haver uma reconsideração da escola, deixando de lado o padrão do aluno ideal e buscando a aceitação do diferente. Somos diferentes e queremos ser assim e não uma cópia malfeita de modelos considerados ideais. Somos iguais no direito de sermos inclusive, diferentes [...]. (CARVALHO, 2008, p.23).

Kunc (1992) enfatiza que “o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a ideia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo”. (KUNC, 1992, p.25)

Mittler (2003) sustenta: “deve-se reconhecer que os obstáculos à inclusão estão na escola e na sociedade e não na criança. (MITTLER, 2003, p.9)

A Educação Inclusiva possui o objetivo de incluir crianças e adolescentes que possuem deficiência física, sensorial ou intelectual na escola regular, a fim de repensar a diferença, derrubar barreiras e a discriminação, mostra que cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem, mostra um impacto bastante positivo para todos os envolvidos neste processo.

### 3.1 LEGISLAÇÃO

A seguir, faz-se uma reflexão da Legislação Brasileira em âmbito Nacional. Tendo em vista que a pesquisa será realizada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, considerou-se também o que consta no Conselho Municipal.

A educação, como um todo, é um dos direitos humanos, reconhecido no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que diz: “Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito”. (ONU, 1948, p. 14).

Somente após esse direito ser reconhecido é que ele foi assegurado pela Constituição Federal. No que se refere a Legislação sobre a educação inclusiva, a Constituição Federal, promulgada em 1988, no seu artigo nº 205 define a educação como um direito de todos, que visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No artigo 206 está estabelecido o princípio da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e por fim, o artigo 208 garante que é dever do Estado oferecer atendimento educacional especializado (AEE) as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1998)

Para a análise da legislação, examinou-se os seguintes documentos: Constituição Federal, Portaria N.º 1.793/1994 do Ministério da Educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB 9.394/96), o Decreto N.º 3.298 de 20 de dezembro de 1999, a Lei nº 7.853/89. Além destes, incluiu-se uma revisão de documentos internacionais que influenciam a política nacional, como a Declaração de Salamanca.

Em dezembro de 1994, através da Portaria N.º 1.793 do Ministério da Educação, considerando a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais ficou recomendada a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos éticos, políticos e educacionais da normalização e integração da pessoa com necessidades especiais nos currículos de formação de docentes, prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas. (BRASIL, 1994)

Já o artigo 2º da Portaria 1.793/1994 recomenda os mesmos conteúdos aos cursos do grupo de Ciência da Saúde (Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Terapia Ocupacional), no Curso de Serviço Social e nos demais cursos superiores, de acordo com as suas especificidades. (BRASIL, 1994)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB 9.394/96), estabelece o direito de todos à educação, sendo o dever do Estado e da família promovê-la, conforme destaca o Art. 3º sobre os princípios da educação nacional. Os artigos números 58, 59 e 60 da LDB definem a educação especial e asseguram o atendimento aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente nas redes regulares de ensino e estabelecem os critérios que as instituições devem assegurar aos educandos. (BRASIL, 1996)

O Decreto Nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 (BRASIL, 1999), emanado pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Este decreto regulamentou a Lei nº 7.853/89 (BRASIL, 1989), emanada pelo Presidente da República em exercício na época, José Sarney, e também conhecida como Lei dos Portadores de Deficiência). Define os contornos da expressão “pessoas portadoras de deficiência”, caracterizando o que vem a ser deficiência, deficiência permanente ou incapacidade da seguinte forma:

[...] Deficiência: toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. Deficiência permanente: aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos. Incapacidade: uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida [...] (BRASIL, 1989)

Ainda segundo a Lei 7.853/89 são consideradas pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas categorias: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual e deficiência mental.

Nas palavras de Luiz Alberto David Araújo, professor Titular de Direito Constitucional da PUC-SP.:

[...] O que define a pessoa portadora de deficiência não é falta de um membro nem a visão ou audição reduzidas. O que caracteriza a pessoa portadora de deficiência é a dificuldade de se relacionar, de se integrar na sociedade, O grau de dificuldade de se relacionar, de se integrar na sociedade, O grau de dificuldade para a integração social é que definirá quem é ou não portador de deficiência. [...] (ARAÚJO, 2011, p.20)

Com base no exposto é possível afirmar que somente a partir de leis específicas e regulamentadas a inclusão educacional passou a ser obrigatória, dando início a construção de uma nova política de educação Inclusiva. Esta política enfrenta o desafio de se constituir de fato, tendo em vista que as práticas educacionais devem ser repensadas e adaptadas às necessidades de cada aluno, a necessidade de se redefinir padrões acerca da infraestrutura escolar e dos recursos pedagógicos, bem como a formação do profissional.

No ano de 1994, foi realizada a Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais: acesso e qualidade, na cidade de Salamanca na Espanha. Até hoje essa conferência é considerada um marco histórico e muito significativo no que se refere a Educação Especial, visto que ela chamou a atenção dos governos para o fato de que as crianças deficientes devem ser incluídas e esclareceu várias questões sobre a inclusão escolar desses alunos.

Através desta conferência criou-se a Declaração de Salamanca (1994) que é considerada mundialmente um dos mais importantes documentos que visam a inclusão social, pois trata dos Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.

[...] O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Contudo, se o professor alega que o aluno não está aprendendo, antes de ele ser rotulado e / ou excluído, devem ser respondidas, pelo menos, três perguntas: O que se está esperando que ele aprenda, ou seja, quais objetivos estão previstos no seu processo de escolarização? O que lhe está sendo ensinado e para que, portanto, quais conteúdos estão compondo o planejamento do professor? Como está se realizando seu ensino, ou seja, que metodologia e quais procedimentos são administrados e que materiais e equipamentos estão à disposição?" [...]. (UNESCO, 1994).

Diante do exposto percebe-se que a Declaração de Salamanca buscou igualar os direitos de todos os indivíduos no que se refere à educação de qualidade. Para Leny Magalhães Mrech (1998), mestre em Psicologia do Escolar, a escola inclusiva é “um espaço no qual todos os alunos têm as mesmas oportunidades de ser e estar de forma participativa, onde as oportunidades e acessos educacionais e as características individuais sejam marcados pela igualdade entre as pessoas”. (MRECH, 1998, p.37-39)

Sabe-se que a Educação Infantil em Caxias do Sul é regulamentada por legislação própria. A Resolução CME Nº 35, de 30 de maio de 2017, homologada e publicada no Jornal do Município de Caxias do Sul em 11 de outubro de 2013, pág.11, Jornal nº 426 (CAXIAS DO SUL, 2017) dispõe sobre as Diretrizes para a Educação Especial no Sistema Municipal de

Ensino de Caxias do Sul. O Artigo 1º traz a conceituação, os princípios e objetivos da Educação Especial e diz que:

[...] A Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, constitui uma modalidade de ensino que permeia todos os níveis, etapas e modalidades da educação escolar, que realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE), disponibilizando um conjunto de serviços, recursos e estratégias específicas que favoreça o processo de escolarização das suas crianças/estudantes nas turmas do ensino regular [...] (CAXIAS DO SUL, 2017).

Referente a Escola de Educação Infantil onde realizamos nossa pesquisa, examinou-se o Projeto Político Pedagógico (PPP). O Projeto Político Pedagógico é um documento que deve ser produzido por todas as escolas, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A escola especifica sobre Educação Infantil:

[...] A Escola tem o objetivo geral de garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. Sendo assim, a Escola de Educação Infantil Descobrimos tem como objetivo desenvolver o aluno de forma integral respeitando suas individualidades, proporcionando por meio de atividades prazerosas e divertidas o desenvolvimento integrado dos aspectos, motores, intelectuais, sociais e emocionais[...] (DESCOBRINCANDO, 2016, p.7)

A escola, através do seu Projeto Político Pedagógico (PPP) deve estabelecer quais objetivos a instituição busca alcançar em todas as suas dimensões, é nele que se baseia o funcionamento, princípios e valores da escola.

E assim, tendo analisado toda a Legislação que ampara a Educação Inclusiva, buscou-se conhecer as características da Síndrome de Down e a respeito do número de casos por nascimento no Brasil e no mundo. Examinou-se também as dificuldades de aprendizagem apresentadas decorrentes dessa alteração.

#### **4 SINDROME DE DOWN E OS PROCESOS DE APRENDIZAGEM**

O objetivo deste capítulo será entender a Síndrome de Down e pesquisar a importância da educação especial para a formação e desenvolvimento das crianças Down, diante das suas dificuldades de aprendizagem.

O termo “Síndrome” significa um conjunto de sinais e sintomas e “Down” designa o sobrenome do médico e pesquisador que primeiro descreveu a associação dos sinais característicos da pessoa com Síndrome de Down. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013)

Quando se fala em Síndrome de Down, não se faz referência a uma doença. A síndrome de Down é uma alteração genética, que ocorre durante ou imediatamente após a concepção. Essa alteração se caracteriza pela presença de 47 cromossomos em suas células em vez de 46, como a maior parte da população e é também chamada de trissomia simples ou trissomia 21.

As alterações genéticas que advêm da Síndrome de Down, alteram todo o desenvolvimento e maturação do organismo, além do conhecimento e da aprendizagem do indivíduo com síndrome e também atribuem algumas características.

Segundo fontes da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, que agrega entre outras o Conselho Nacional da Saúde (CNS) do Ministério da Saúde, estima-se que no Brasil, a cada 600 e 800 nascimentos ocorre 1 caso de trissomia 21, o que totaliza em torno de 270 mil pessoas com síndrome de Down. (FEDERAÇÃO BRASILEIRA AS ASSOCIAÇÕES DE SÍNDROME DE DOWN, 2019).

A mesma Federação ainda informa que nos Estados Unidos a organização National Down Syndrome Society (NDSS) anuncia que a taxa de nascimentos é de 1 (um) para cada 691 bebês, sendo em torno de 400 mil pessoas com síndrome de Down. A nível mundial a incidência estimada é de 1 (um) em 1 (um) mil nascidos vivos. A cada ano, cerca de 3 (três) a 5 (cinco) mil crianças nascem com síndrome de Down.

Segundo o Dr. Dráuzio Varela (PORTAL DRÁUZIO VARELA, 2019), médico oncologista, cientista e escritor brasileiro, nacionalmente conhecido por divulgar informações médicas em programas de rádio, Tv e Internet, Síndrome de Down é:

[...]. Também chamada de trissomia do cromossomo 21, é uma alteração genética causada por um erro na divisão celular durante a divisão embrionária. Os portadores da síndrome, em vez de dois cromossomos no par 21, possuem três. Não se sabe por que isso acontece. As pessoas apresentam características como olhos oblíquos, rosto arredondado, mãos menores e comprometimento intelectual[...].

Já o Ministério da Saúde (BRASIL, 2013), descreve nas Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down a importância de olhar para essas crianças:

[...] A Síndrome de Down (SD) ou trissomia do 21 é uma condição humana geneticamente determinada, é a alteração cromossômica (cromossomopatia) mais comum em humanos e a principal causa de deficiência intelectual na população. A SD é um modo de estar no mundo que demonstra a diversidade humana. A presença do cromossomo 21 extra na constituição genética determina características físicas específicas e atraso no desenvolvimento. Sabe-se que as pessoas com SD quando atendidas e estimuladas adequadamente, têm potencial para uma vida saudável e plena inclusão social. No Brasil nasce uma criança com SD a cada 600 e 800 nascimentos, independente de etnia, gênero ou classe social [...] (BRASIL, 2013, Introdução)

A criança com Síndrome de Down possui alguns atrasos no desenvolvimento, visto que sua idade cronológica é diferente da idade funcional. Na grande maioria dos casos, estas dificuldades afetam capacidades como linguagem, autonomia, motricidade e integração social

e se manifestam em maior ou menor grau em cada criança. No entanto, a criança com Síndrome de Down tem possibilidades de se desenvolver e executar atividades diárias, bem como adquirir formação profissional. Importa referir o que se entende por dificuldades de aprendizagem.

Segundo descreve Garcia (1998):

[...] Dificuldade de Aprendizagem (D.A) é um problema que está relacionado a uma série de fatores e podem se manifestar de diversas formas como: transtornos, dificuldades significativas na compreensão e uso da escuta, na forma de falar, ler, escrever, raciocinar e desenvolver habilidades matemáticas. Esses transtornos são inerentes ao indivíduo, podendo ser resultantes da disfunção do sistema nervoso central, e podem acontecer ao longo do período vital [...] (GARCIA, 1998, p.31-32).

Major (1997) refere que o termo “dificuldades de aprendizagem”:

[...] não é um problema resultante da falta de inteligência da criança, mas sim, pode se resultar do meio social em que a mesma ocupa. Isso pode partir da natureza emocional ou motora da criança, a mesma poderá apresentar algumas dificuldades nas atividades escolares habituais, sendo que a criança não é um aprendiz vagaroso que não tem habilidade para aprender em ritmo normal, mas sim, uma criança emocionalmente perturbada e emocionalmente mal ajustada [...]. (MAJOR, 1997, p. 45).

Diante do acima exposto, verifica-se que toda e qualquer criança pode não corresponder ao esperado no que se refere a aprendizagem e que muitas vezes essas dificuldades têm origem relacionada a fatores diversos, podendo ser cognitivos e emocionais, bem como podem ser determinados pelo ambiente em que vivem.

Acerca de algumas deficiências que trazem consequências ao desenvolvimento neurológico do Down, Schwartzman acrescenta:

[...] Entre outras deficiências que acarretam repercussão sobre o desenvolvimento neurológico da criança com Síndrome de Down, podemos determinar dificuldades na tomada de decisões e iniciação de uma ação; na elaboração do pensamento abstrato; no cálculo; na seleção e eliminação de determinadas fontes informativas; no bloqueio das funções perceptivas (atenção e percepção); nas funções motoras e alterações da emoção e do afeto.[...] (SCHWARTZMAN, 1999, p.247)

O mesmo autor (1999) complementa:

[...] O fato de a criança não ter desenvolvido uma habilidade ou demonstrar conduta imatura em determinada idade, comparativamente a outras com idêntica condição genética, não significa impedimento para adquiri-la mais tarde, pois é possível que madure lentamente [...] (SCHWARTZMAN, 1999, p.246)

Dessa maneira, compreende-se que a criança com síndrome de Down, tem sim suas limitações, mas também possui inteligência e capacidades. Mesmo que seu aprendizado ocorra de forma mais lenta, são capazes de alcançar resultados muito positivos no rendimento escolar.

Sobre as dificuldades de aprendizagem da criança Down Troncoso (1998) afirma que:

[...] Pessoas com SD têm a atenção, percepção e a memória visuais como pontos fortes e que se desenvolvem com um trabalho sistemático e bem estruturado. Porém, se verificam dificuldades importantes na percepção e memória auditivas, que com

frequência se agravam por problemas de audição agudos ou crônicos. Por essa razão, a utilização de métodos de aprendizagem que tenham um apoio forte na informação verbal, na audição e interpretação de sons, palavras e frases, não é muito eficaz [...]. (TRONCOSO, 1998, p. 70).

Danielski (1999, p.56) considera:

[...] A aprendizagem também é um fator muito importante a ser observado em pessoas com síndrome de Down, entendida como um processo pelo qual o organismo adquire a capacidade de responder mais adequadamente a uma dada. O processo de aprendizagem tem, na fase informativa, passagens muito precisas: sensação (aceitação da informação do mundo externo através das cinco vias nervosas), percepção (percepção da sensação) e memória (capacidade de armazenar informações que podem ser evocadas em seguida). As informações sentidas, percebidas e armazenadas são assimiladas e transformadas por meio da simbolização. Essa é a grande barreira para a criança Down. Se ela não aprende a realizar esse processo, dificilmente ocorre a passagem ao passo final constituído pelas condutas inteligentes, isto é, capacidade de entender, aplicar e interpretar as coisas, seja no que diz respeito à habilidade motora, seja no campo das ideias e da afetividade [...] (DANIELSKI, 1999, p.56)

Antunes (2002, p.18), acredita que “os estímulos são o alimento da inteligência. Neste sentido, são os estímulos que irão reforçar a aquisição de determinadas habilidades inseridas em um determinado conteúdo trabalhado pelo professor em sala de aula”.

O processo de aprendizagem é diferente para cada criança e é ainda mais singular para quem tem Down. Muito embora a criança tenha uma construção do conhecimento mais lenta, é importante ressaltar que elas possuem um potencial muito grande e o processo de estimulação deve ser contínuo.<sup>2</sup>

Vê-se, portanto, que as pessoas que apresentam Síndrome de Down exibem alguns atrasos de desenvolvimento em seu processo de aprendizagem, mostram dificuldades em resolver problemas e encontrar soluções sozinhas, apresentam dificuldades na linguagem, socialização, raciocínio lógico, motricidade, memorização e na sua autonomia e, conseqüentemente, exigem atenção e assistência diferenciada para sua alfabetização, podendo com a estimulação adequada, aceitação social e acompanhamento, avançarem progressivamente.

---

<sup>2</sup> Significado de estimulação: Ação ou efeito de estimular (incentivar) ou de estimular-se; ação de despertar o ânimo

## **5 A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN**

Diante das dificuldades de aprendizagem que são características da deficiência intelectual da criança com Síndrome de Down, olhamos para a importância do pedagogo para assegurar o desenvolvimento das crianças em toda a Educação Infantil.

O pedagogo é o profissional formado pela graduação em pedagogia. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso Graduação em pedagogia, Licenciatura (DCNP), através da Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, Art. 4º “O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006, p.2)

Ainda sobre as bases legais que regem a formação do Pedagogo, cita-se o Parecer CNE/CP nº 5, de 13 de dezembro de 2005, que determina:

[...] Entende-se que a formação do licenciado em Pedagogia fundamenta-se no trabalho pedagógico realizado em espaços escolares e não-escolares, que tem a docência como base. Nesta perspectiva, à docência é compreendida como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia[...] (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005, p. 7)

O pedagogo desempenha um papel fundamental como mediador no processo de desenvolvimento da criança Down. O pedagogo precisa observar os mecanismos que a criança utiliza para dar conta da sua aprendizagem, concentrando seus esforços para desenvolver as potencialidades e capacidades da criança, traçando objetivos e estratégias, criando em sala de aula condições que promovam um melhor convívio em grupo.

Conforme nos traz o Ministério da Educação no documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008, o Processo de Integração Escolar dos Alunos Portadores de Necessidades Educativas Especiais no Sistema Educacional Brasileiro no que diz respeito ao processo de Integração Escolar dos Alunos Portadores de Necessidades Educativas Especiais no Sistema Educacional Brasileiro:

[...] A educação inclusiva envolve um processo de preparação do professor que considera as diferenças e as dificuldades dos alunos na aprendizagem escolar como

fontes de conhecimento sobre como ensinar e como aperfeiçoar as condições de trabalho nas salas de aula [...]. (BRASIL, 1995, p.17).

Neste sentido, a Declaração de Salamanca de 1994, afirma que:

[...] Treinamento pré-profissional deveria fornecer a todos os estudantes de pedagogia de ensino primário ou secundário, orientação positiva frente à deficiência, desta forma desenvolvendo um entendimento daquilo que pode ser alcançada nas escolas através dos serviços de apoio disponíveis na localidade. O conhecimento e habilidades requeridas dizem respeito principalmente à boa prática de ensino e incluem a avaliação de necessidades especiais, adaptação do conteúdo curricular, utilização de tecnologia de assistência, individualização de procedimentos de ensino no sentido de abarcar uma variedade maior de habilidades, etc. Nas escolas práticas de treinamento de professores, atenção especial deveria ser dada à preparação de todos os professores para que exercitem sua autonomia e apliquem suas habilidades na adaptação do currículo e da instrução no sentido de atender as necessidades especiais dos alunos, bem como no sentido de colaborar com os especialistas e cooperar com os pais [...] (SALAMANCA, 1994, p.10)

Percebe-se que é fundamental que os professores e todos os profissionais envolvidos com a escola estejam aptos para promover oportunidades de atendimento educacional que antecipem as necessidades, as limitações, o potencial e predileções de cada aluno, a fim de particularizar o ensino de acordo com sua necessidade específica.

Ainda em conformidade com Declaração de Salamanca:

[...] É preciso repensar a formação de professores especializados, a fim de que estes sejam capazes de trabalhar em diferentes situações e possam assumir um papel - chave nos programas de necessidades educativas especiais. Deve ser adaptada uma formação inicial não categorizada, abarcando todos os tipos de deficiência, antes de se enveredar por uma formação especializada numa ou em mais áreas relativas a deficiências específicas [...]. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA 1994, p. 28).

Na prática, observa-se que é muito frequente que alguns professores, em resistência à inclusão nas escolas regulares, argumentem de não estarem ou não terem sido preparados para esse trabalho. Mantoan, a respeito, diz que:

[...] Na formação em serviço, os professores reagem inicialmente à metodologia que tenho adotado, porque estão habituados a aprender de maneira fragmentada e essencialmente instrucional. Eles esperam uma preparação para ensinar os alunos com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem e problemas de indisciplina, ou melhor, uma formação que lhes permita aplicar esquemas de trabalho pedagógico predefinidos às suas salas de aula, garantindo-lhes a solução dos problemas que presumem encontrar nas escolas ditas inclusivas. Grande parte desses profissionais concebe a formação como sendo mais um curso de extensão, de especialização, com uma terminalidade e um certificado que convalida a capacidade de ser um professor inclusivo. [...] (MANTOAN, 2003)

Mantoan ainda diz que:

[...] Como se considera o professor uma referência para o aluno, e não apenas um mero instrutor, a formação enfatiza a importância de seu papel, tanto na construção do conhecimento como na formação de atitudes e valores do cidadão. Por isso a formação vai além dos aspectos instrumentais de ensino [...] (MANTOAN, 2006, p. 55)

Refletindo as palavras de Mantoan, percebe-se que o professor precisa estar ciente de sua capacidade para tornar possível o processo inclusivo e ajudar as crianças a superar suas limitações, desta forma, novas formas de pensar e agir são fundamentais. A formação e a aquisição de novos conhecimentos são imprescindíveis para fundamentar a prática pedagógica e também para mudar paradigmas já construídos.

Lima (2006) considera ser: “essencial que os professores reconheçam sua própria importância no processo de inclusão, pois a eles cabe planejar e implementar intervenções pedagógicas que deem sustentação para o desenvolvimento das crianças (LIMA, 2006, p. 123).

Ainda sobre a formação do profissional Xavier (2002) considera o seguinte:

[...] A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde a necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segregam e excluem, e ao mesmo tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania (XAVIER, 2002, p. 19).

Diante do exposto pode-se confirmar a importância da formação do profissional envolvido com a educação inclusiva, visto que ela permite ampliar os conhecimentos nesta esfera, possibilitando que o pedagogo possa oferecer o suporte necessário que a criança com deficiência requer para a construção do seu processo de aprendizagem.

Sabe-se que a inclusão não é um processo de construção fácil, é visto que apresenta uma série de dificuldades e obstáculos em sua prática, mas se for trabalhada com amor e dedicação poderá permitir o acesso a uma sociedade mais justa.

O papel do pedagogo, para que a Educação Inclusiva obtenha sucesso é de extrema importância, pois são profissionais que estarão em convívio diário com as crianças com Síndrome de Down na sala de aula, sendo referência para toda a turma. Sendo assim, entende-se que a formação desses profissionais se torna relevante, pois para que a Educação Inclusiva se efetive, o pedagogo necessita estar preparado para lidar com as diferenças individuais, elaborando metodologias diversificadas, a fim de assegurar o desenvolvimento das crianças.

Quando o pedagogo recebe uma criança Down, é necessário que ele se empenhe em conhecer o seu aluno para que possa identificar quais são as suas dificuldades. É preciso que ele busque informações referentes ao conhecimento prévio que este aluno adquiriu até o momento e ter ciência do que trabalhar com esta criança. Além disso, é imprescindível estar em contato constante com os pais a fim de conhecer quais as suas rotinas, o que gosta de fazer e o que mais o chama atenção.

Para Ruela (2000) os pedagogos devem definir:

[...] estratégias adequadas de modo a respeitar o desenvolvimento e ritmo de cada aluno. Cada vez mais reconhece-se o direito à criança com necessidades educativas especiais de frequentar a escola regular e ter as mesmas oportunidades (embora adaptadas às suas condições) dos seus pares. [...] (RUELA, 2000)

As estratégias e recursos pedagógicos utilizados na Educação Infantil poderão ampliar as possibilidades educacionais, para que na relação entre o pedagogo e a criança Down descubram-se suas potencialidades.

A escolha mais adequada da estratégia possibilita o sucesso da aprendizagem, pois amplia suas experiências, a criatividade e a flexibilidade. As estratégias permitem a motivação e a participação da criança, além de atender às diferenças individuais, o que amplia as experiências de aprendizagem dos alunos (MASSETO, 1995).

Uma destas estratégias, referem-se à elaboração dos currículos escolares, chamadas de Adaptações Escolares, que devem permitir ajustes e flexibilizações que oportunizem atender as necessidades particulares dos alunos, através de ações pedagógicas. O currículo regular é usado como referência, não sendo necessário elaborar novo currículo, apenas torna-lo eficiente e flexível, adaptando o conteúdo ao nível de conhecimento da criança. É um importante recurso para promover o desenvolvimento e a aprendizagem delas.

Sob o ponto de vista de Oliveira e Machado (2007):

As adaptações curriculares, de modo geral, envolvem modificações organizativas, nos objetivos e conteúdos nas metodologias e na organização didática, na organização do tempo e na filosofia e estratégias de avaliação, permitindo o atendimento às necessidades educativas de todos os alunos, em relação à construção do conhecimento (OLIVEIRA; MACHADO, 2007, p. 36).

Concebe-se que as adaptações curriculares é uma das alternativas educacionais que permite ajustes e modificações para atender às necessidades de cada criança, trata-se de um importante recurso para democratizar o saber e a inclusão.

O Ministério da Educação considera:

[...] As adequações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adequação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. No novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliá-lo, para que atenda realmente a todos os educandos. Nessas circunstâncias, as adequações curriculares implicam a planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios que definem: o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno[...] (MEC, 2003. p.34)

Vê-se, portanto, que a realização de adequações curriculares busca atender as necessidades particulares de aprendizagem das crianças, considerando as capacidades

intelectuais, seus interesses e os seus conhecimentos, embora não devam constituir um currículo isolado, pois do contrário a oferta da inclusão não se concretizaria em sua plenitude.

Outra ferramenta que potencializa o processo de aprendizagem da criança Down, é o uso do lúdico na mediação pedagógica. Jogos, brinquedos e brincadeiras, permitem uma prática educativa descontraída e divertida que estimula as crianças na descoberta e desenvolvimento de suas potencialidades.

Albuquerque, Mori e Lacanallo (2009) sugerem o uso de jogos e brincadeiras, pois apresentam desafios, estimulam a socialização, a mediação e a discussão de estratégias e raciocínios, auxiliando na formação de conceitos, na resolução de situações-problemas e exigindo que se faça o uso da linguagem para que o aluno consiga expressar de maneira clara suas ideias e intenções. Os autores dizem ainda que há de se considerar para que o jogo seja mediado de forma a explorar a leitura, a escrita, a interpretação, a abstração, o raciocínio lógico, a atenção e a memória, oferecendo caminhos para que o sujeito parta do âmbito particular para o geral, considerando seus conhecimentos prévios.

Com os jogos e as brincadeiras, pedagogos têm conseguido ótimos resultados no processo de ensino-aprendizagem das pessoas com Síndrome de Down. Acerca disso, Vygotsky (1989) atribui relevante papel ao ato de brincar na constituição do pensamento infantil. É brincando, jogando, que a criança revela seu estado cognitivo, visual, auditivo, tátil, motor, seu modo de aprender e entrar em uma relação cognitiva com o mundo de eventos, pessoas, coisas e símbolos. O autor complementa:

[...] é enorme a influência do brinquedo no desenvolvimento de uma criança. É no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva, ao invés de numa esfera visual externa, dependendo das motivações e tendências internas, e não por incentivos fornecidos por objetos externos. (VYGOTSKY, 1989, p. 109).

Partindo desse pressuposto é possível perceber que a ludicidade é uma ferramenta importante para a escola e família em prol da educação das crianças, visto que seus benefícios não se restringem apenas ao sistema escolar. É uma atividade que proporciona prazer às crianças e facilita a convivência entre o pedagogo e a criança.

Almeida (1995, p.41) ressalta:

[...]A educação lúdica contribui e influencia na formação da criança, possibilitando um crescimento sadio, um enriquecimento permanente, integrando-se ao mais alto espírito democrático enquanto investe em uma produção séria do conhecimento. A sua prática exige a participação franca, criativa, livre, crítica, promovendo a interação social e tendo em vista o forte compromisso de transformação e modificação do meio. [...] (ALMEIDA, 1995, p.41)

O brincar, além de ser essencial ao processo de ensino e aprendizagem, também proporciona à criança com Síndrome de Down vivências positivas, por ser algo significativo

ligado à satisfação e ao êxito, despertando sentimentos de autoestima e autoconhecimento. (IDE apud SAAD, 2003).

Frente as valorosas contribuições dos autores, conclui-se que os jogos e brincadeiras são mecanismos de valor inestimável para todos os envolvidos com o desenvolvimento das crianças Down, pedagogos, os educandos e a própria família, dado que estimula e motiva a aprendizagem de forma lúdica e divertida.

Diante disso, é possível notar que a proposta do lúdico na Educação Infantil é essencial para a criança com Síndrome de Down, pois configura um modo prazeroso em aprender e permite que ele desenvolva suas capacidades e habilidades. Através da ludicidade temos a oportunidade de observar como a criança Down inicia seu processo de adaptação a realidade, visualizamos como elas recriam e repensam os acontecimentos vivenciados e superam progressivamente seu aprendizado de forma criativa.

É fato que a tecnologia vem evoluindo e contribuindo com o mundo em diversas áreas. No campo educacional e, principalmente na Educação Inclusiva, muito se tem utilizado esses recursos, como facilitadores da aprendizagem.

Existem hoje no mercado, uma gama de softwares, sites, aplicativos e vídeos educativos que podem ser considerados excelentes ferramentas educacionais, criados para dar apoio e estimular o processo de aprendizagem das crianças com Síndrome de Down. O objetivo é estimular o desenvolvimento cognitivo, a fala e a linguagem, a percepção auditiva e visual, a concentração, a memória e outras capacidades.

Oliveira (1997) considera:

[...] Ademais, a existência desses recursos (computadores e softwares educativos) pode proporcionar atenção individualizada aos alunos, sendo que a atividade avança na medida em que a resposta dada pelo aluno for correta, sendo elogiado ou informado o erro, caso no qual normalmente terá outra chance para responder [...] (OLIVEIRA, 1997, p.21)

Esses recursos de caráter educativo são ferramentas que expõe uma gama de estímulos visuais, auditivos, imagens animadas, jogos e filmes. Com isto, as atividades tornam-se mais dinâmicas, realistas e significativas, facilitando para a criança a aprendizagem de conteúdos específicos.

Segundo Delville et.al (1999, p.193): “o uso das tecnologias no campo das deficiências se realiza em diversos setores de aplicação: auxílio à comunicação, auxílio à vida cotidiana, aprendizado e desenvolvimento cognitivo”. (DELVILLE, 1999, p.193)

Dentro desse contexto, constata-se que computadores e tablets podem ser recursos aplicados a todas as crianças, incluindo às crianças com Síndrome de Down, visto que estão

disponíveis no mercado um grande sortimento de softwares que atendem às especificidades de cada um. Parece indispensável que o pedagogo desfrute e faça uso do real aproveitamento destas tecnologias.

Assim, verifica-se que estratégias e recursos pedagógicos a serem trabalhados com as crianças Down, precisam ser adaptados individualmente para que se torne possível alcançar sucesso no processo de ensino aprendizagem. O olhar para a inclusão escolar das crianças com deficiência intelectual deve buscar, em primeiro lugar, reconhecê-los como sujeitos capazes de aprender.

## **6 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA: O PAPEL DO PEDAGOGO E DA FAMÍLIA DA CRIANÇA.**

Considera-se a família como o círculo que diretamente mais influencia o desenvolvimento da criança, é o local onde ela começa a constituir-se como sujeito. Dessa forma, a família é concebida como o primeiro sistema no qual um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais são vivenciados pela pessoa em desenvolvimento e cujas trocas dão base para o estudo do desenvolvimento do indivíduo (SIGOLO, 2004).

Na coleta de dados utilizamos como instrumento um questionário aberto (Apêndice I) contendo 7 (sete) questões focalizando acerca de suas concepções sobre a Educação Inclusiva e sobre a importância do pedagogo no processo de aprendizagem dos filhos.

Após a devolução do questionário pelas famílias, digitalizou-se e transcreveu-se todas as respostas. Para identificação das famílias que participaram da presente pesquisa, usou-se a representação “F1” e “F2”.

A questão de número 1 (um) questionou às famílias acerca do que pensam a respeito da Educação Inclusiva. As respostas foram:

*F1: “Penso que seria a maneira mais adequada e eficaz das pessoas com deficiência fazerem parte da sociedade escolar. Ao encontro disso, professores com formação e disposição para fazer a inclusão verdadeira ocorrer, juntamente com a equipe pedagógica”.*

*F2: “Entendo que é essencial e necessária, já que é aliada na tentativa de minimizar os preconceitos existentes no senso comum em relação às pessoas com deficiências intelectuais”.*

Em síntese, percebe-se que o entendimento das famílias assemelha-se aos de Mantoan (2005):

[...] Inclusão é a nossa capacidade de entender e receber o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas deferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência, física, para os que têm comportamento mental, para os superdotados, e para toda criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com outro [...]. (MANTOAN, 2005, p. 96).

Nota-se que ambas as famílias percebem a Educação Inclusiva de forma positiva e favorável, mencionando termos como: “adequada”, “eficaz”, “essencial”, “necessária”, e ainda, como uma importante ferramenta ao combate ao preconceito.

A questão número 2 (dois) interrogou a respeito dos aspectos positivos e negativos da Educação Inclusiva:

*F1: “Na verdadeira educação inclusiva, na minha percepção só há aspectos positivos, pois crianças, jovens e adultos convivem com a diversidade, reconhecendo que não há “normal” e “anormal”, mas sim individualidade e particularidades eminentes a casa ser humano, independente da deficiência”.*

*F2: “Para quem é incluído e quem inclui, creio que só haja benefícios. Não entendo que existam aspectos negativos”.*

Kunc (1992) enfatiza que “o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a ideia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo”. (KUNC, 1992, p.25)

Diante do exposto, percebe-se que as famílias se mostram entusiastas com referência a processo de inclusão e ambas concordam que a inclusão só tem aspectos positivos, pois abre as portas para a diversidade. Entende-se que esperam que seus filhos sejam acolhidos.

Na questão 3 (três) questionou-se quanto às expectativas da família em relação a trajetória escolar das crianças estas assim se posicionam:

*F1: “Ao longo da trajetória do meu filho, espero que as habilidades e competências sejam desenvolvidas. Espero que o currículo seja adaptado conforme as necessidades dele, sem redução de conteúdo”.*

*F2: “As melhores, pois procuramos sempre as instituições escolares que demonstram interesse e aceitação da nossa filha, tanto no aspecto pedagógico quanto social”.*

Mittler (2003) sustenta: “deve-se reconhecer que os obstáculos à inclusão estão na escola e na sociedade e não na criança. (MITTLER, 2003, p.9)

Ante às respostas vê-se que as famílias esperam perceber o melhor desenvolvimento intelectual das crianças e para isto buscam instituições abertas a inclusão.

Interrogadas sobre o papel do pedagogo para o crescimento e desenvolvimento de seu filho:

*F1: “O pedagogo tem papel essencial no desenvolvimento de qualquer criança, mas principalmente para crianças com deficiência. Assim, processos de alfabetização, socialização, desenvolvimento motor fino e amplo, além de encaminhamentos necessários, que auxiliem ao máximo o desenvolvimento global pode/será mediados por esse profissional”.*

*F2: “É fundamental, pois ele tem o poder de orientar, de dar oportunidades, de favorecer o conhecimento num todo. E de facilitar as relações interpessoais do aluno com deficiência com Síndrome de Down e seus colegas”.*

Mantoan ainda diz que:

[...] Como se considera o professor uma referência para o aluno, e não apenas um mero instrutor, a formação enfatiza a importância de seu papel, tanto na construção do conhecimento como na formação de atitudes e valores do cidadão. Por isso a formação vai além dos aspectos instrumentais de ensino [...] (MANTOAN, 2006, p. 55)

Analisando os dados obtidos com as respostas percebe-se que as famílias veem o pedagogo como peça fundamental para o crescimento e o desenvolvimento dos seus filhos e entendem que este detém em suas mãos o poder de orientar, criar oportunidades, apresentar conhecimentos e, principalmente, facilitar as relações com os demais alunos.

É notório que o pedagogo é figura contundente no processo de ensino-aprendizagem das crianças Down, por isso a importância de um olhar atento para as individualidades e entender suas limitações, percebendo que seus auxílios podem garantir o desenvolvimento da criança.

A questão 5 (cinco) questionou às famílias se em suas opiniões acreditam que o pedagogo deva possuir um planejamento adaptado às necessidades da criança Down e o quais seriam as atividades deste planejamento, estas opinam de forma divergente:

*F1: “Sim, desde que, a pessoa com SD necessite de tais adaptações. Vale ressaltar que planejamentos adaptados podem servir para uma turma inteira, mas nem sempre o contrário é verdadeiro. As atividades adaptadas podem incluir ferramentas que sejam concretas para o entendimento de componentes mais abstratos como matemática. Para isso, nem sempre é preciso material pronto ou sofisticado. A utilização de usuais e simples podem servir para esse fim. Por exemplo: Trabalhar a dúzia colocando bolinhas na caixa de ovo”.*

*F2: “Não são atividades diferentes dos demais alunos e sim atividades adaptadas a eles, mas que sejam eficientes para o aprendizado ser efetivo”.*

Lima (2006) considera ser “essencial que os professores reconheçam sua própria importância no processo de inclusão, pois a eles cabe planejar e implementar intervenções pedagógicas que deem sustentação para o desenvolvimento das crianças (LIMA, 2006, p. 123).

Com base nas respostas das famílias sobre um planejamento especializado a seus filhos entende-se que esses devem ser individualizadas e coerentes com as necessidades de cada um e que possuam um resultado eficiente.

Percebe-se que cada criança é única, cada uma tem sua própria identidade, cada uma possui sua forma de pensar, se comportar, agir e interagir, de aprender e absorver o mundo em que vivem. Essas diferenças não de ser respeitadas, para que desta forma, se configure de fato a inclusão. No que se refere às crianças com Síndrome de Down é comprovado que são capazes de aprender, mesmo com as limitações inerentes da Síndrome, no entanto, exigem algumas adaptações de currículos que expandem as estratégias e recursos pedagógicos aplicadas com objetivos específicos e que atendam realmente estes alunos.

O objeto da 6ª questão foi: “Você considera importante que haja uma parceria do pedagogo com a família, na busca de um trabalho coletivo e de que forma a família pode contribuir para que se realize essa parceria?”

*F1: “Acredito que os profissionais sempre devem ser aliados das famílias, pois os avanços da pessoa com SD dependem de estímulos específicos de diferentes áreas. A cada fase, conforme orientação dos profissionais que atendem o Antônio (fono, fisio, terapia ocupacional), firmaremos todas as parcerias necessárias”.*

*F2: “Creio que sem esse vínculo é muito mais difícil haver êxito no processo de ensino-aprendizagem da criança especial. Procuramos, sempre que podemos informar a escola sobre particularidades no desenvolvimento dela, como as dicas das terapeutas, por exemplo”.*

Cambruzzi afirma que:

[...] é importante notar que as famílias são imprescindíveis no processo educacional dos filhos, pois, as crianças demonstravam que estavam desenvolvendo autonomia, conscientização do outro e a convivência em grupo. Lembra que vale salientar que é fator fundamental a parceria escola/família, pois são agentes de transformação em termos individuais e, coletivamente, favorecem a mudança de visão, ainda distorcida, que a sociedade tem à respeito do deficiente (CAMBRUZZI, 1998, p.90).

Destaca-se que essa parceria entre pais e pedagogos devem ser valorizados por ambos, para que juntos possam partilhar informações e estratégias adequadas aos seus interesses e necessidades e permitindo que participem dos processos de desenvolvimento e integração social das crianças.

Por fim a 7ª (sétima) e última questão objetivou questionar se o trabalho do pedagogo seria integrado ao dos profissionais dos atendimentos terapêuticos que as crianças frequentam, tais como fonoaudiólogo(a), fisioterapeuta, terapia ocupacional, etc. e porquê.

*F1:” Sim, pois os alinhamentos das ações desses profissionais tendem a potencializar o desenvolvimento do Antônio. Ações integradas acabam por melhorar os resultados”.*

*F2: “Certamente! É delas que partem as atividades direcionadas para a evolução motora, cognitiva, social. A família reproduz essas atividades, assim a escola também reproduzindo os resultados vistos*

*no desenvolvimento da criança são muito mais concretos e duradouros”.*

Analisando estas informações, entende-se que para uma inclusão de sucesso é determinante que haja essa proximidade entre terapeutas e à escola, mantendo uma comunicação continuada entre ambos. As famílias creem que essa associação pode potencializar o desenvolvimento das crianças, visto que estes profissionais dentro das suas especificidades podem desenvolver e compartilhar com o pedagogo atividades direcionadas à evolução motora, cognitiva e social da criança Down.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio da realização desta monografia de conclusão do Curso de Pedagogia percebeu-se que a inclusão não diz respeito apenas a matricular a criança com necessidades especiais no ensino regular, a inclusão compreende possibilitar a aprendizagem, aceitando as diferenças. Compreendeu-se que a inclusão é um processo desafiador, de difícil construção e que ainda necessita superar uma série de resistências e obstáculos. Deve-se ter em mente que o processo da Educação Inclusiva necessita da mudança de pensamento de uma sociedade e da sua cultura, apenas a Legislação em vigor não irá efetivar o sucesso deste sistema.

Vê-se que ao longo das últimas décadas a Educação Inclusiva alcançou avanços notáveis no que se refere aos textos da Legislação Brasileira e em Documentos Internacionais, mas na prática permanece ainda um panorama de dificuldades e resistências, ou seja, ainda existem barreiras na efetivação das garantias dos direitos educacionais dos deficientes, entre eles, a criança com Síndrome de Down.

Constou-se que a criança Down, por conta de algumas características da Síndrome apresentam alterações visuais, alterações auditivas, alterações cognitivas e motoras, entre outras que implicam em atrasos no desenvolvimento do processo de aprendizagem, no entanto com a devida estimulação, elas são plenamente capazes de se desenvolver, de executar atividades diárias e até mesmo adquirir formação profissional.

Sendo assim, concluiu-se que a estimulação nesta primeira fase da Educação Regular é extremamente importante para o desenvolvimento, para isso identifica-se que o pedagogo ocupa um papel essencial no processo de aprendizagem da criança com Síndrome de Down no espaço

escolar. A relação que se estabelece entre a criança e o pedagogo é fundamental para superar as dificuldades de aprendizagem, para o desenvolvimento da criança e até para que haja interação com os colegas.

No decorrer desta pesquisa, foi possível perceber que com o uso de diferentes estratégias e recursos pedagógicos, que ampliem as possibilidades educacionais e as potencialidades das crianças Down, auxilia favoravelmente para o avanço e a superação das dificuldades. É necessário a flexibilização do currículo, adaptando-o às necessidades e realidades de cada estudante.

Identificou-se que a ludicidade, como mediação pedagógica, através de jogos, brinquedos e brincadeiras abrem espaço para uma prática educativa descontraída e divertida que estimula as crianças na descoberta e desenvolvimento de suas potencialidades. O uso de softwares educativos também são ferramentas educacionais úteis e facilmente disponíveis criadas para dar apoio ao processo de aprendizagem e alcançam resultados extremamente positivos.

Para a complementação do nosso estudo, contamos com a colaboração e a visão das famílias sobre a Educação Inclusiva e sobre a importância do pedagogo no processo de aprendizagem dos filhos, que nos permitiu perceber que o envolvimento e a participação da família também é um fator valioso no processo de ensino-aprendizagem da criança.

Descobriu-se que a inclusão ainda enfrenta muitas barreiras e tem caminhos para percorrer. O importante é que isto já se iniciou e, no futuro, espera-se que a escola seja um lugar onde não haja discriminação e preconceito, que seja um lugar onde as diferenças e o tempo de aprendizagem de cada um seja valorizado. Acreditamos que os resultados deste estudo possam contribuir de alguma forma, com as discussões atuais em torno da temática sobre a inclusão da pessoa com deficiência intelectual no ensino regular e a formação de professores que trabalham com esses alunos.

Através dos dados obtidos para a realização deste trabalho concluiu-se que a inclusão não é um processo fácil de se arquitetar, seu andamento está a frente de uma série de dificuldades e obstáculos em sua prática. Concluiu-se ainda que o pedagogo se apresenta como uma das figuras mais importantes no processo de aprendizagem da Criança com Síndrome de Down, devendo possuir um olhar diferenciado sobre as crianças, focando em suas competências e não nas suas limitações.

## 8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, P. N. D. **Educação Lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Loyola, 1995

ANTUNES, Celso. **As inteligências múltiplas e seus estímulos**. 9ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2002, p.18

ARAÚJO, Luiz Alberto David. **A proteção constitucional das pessoas portadora de deficiência**. 3. ed., rev., ampl. e atual. Brasília: CORDE, 2011, p.20. Disponível em: <[https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/a-protacao-constitucional-das-pessoas-com-deficiencia\\_0.pdf](https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/a-protacao-constitucional-das-pessoas-com-deficiencia_0.pdf)>. Acesso em 20 mai 2019

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Disponível em: <[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_205\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp)> Acesso em 02 abr 2019

BRASIL. Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)> Acesso em 13 jun 2019

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf)> Acesso em 08 jun 2019

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP Nº 5, de 13 de dezembro de 2005**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf)> Acesso em 08 jun 2019

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **O Processo de Integração Escolar dos Alunos Portadores de Necessidades Educativas Especiais no Sistema Educacional Brasileiro**. Brasília: MEC/SEESP, 1995. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>> Acesso em 08 jun 2019

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Saberes e Práticas da Inclusão**. Estratégias para a Educação de alunos com necessidades educacionais especiais,

2003. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf>> Acesso em 12 jun 2019

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 1. ed., 1. reimp. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Introdução. Disponível em:  
<[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_atencao\\_pessoa\\_sindrome\\_down.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_pessoa_sindrome_down.pdf)>  
Acesso em: 05 jun 2019

\_\_\_\_\_. Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999. **Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.** Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)>. Acesso em 18 abr 2019

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.853/89 de 24 de outubro de 1989. **Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.** Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm)>. Acesso em 18 abr 2019

\_\_\_\_\_, LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em:  
<[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)>. Acesso em 03 abr 2019

\_\_\_\_\_, PORTARIA nº 1.793/94 - **Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências.** Disponível em:  
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf>>. Acesso em 03 abr.2019

CAMBRUZZI, Rita de Cássia Silveira. **Estimulação Essencial ao portador de Surdez.** Anais do III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial, volume 3. Foz do Iguaçu – PR: Qualidade, 1998. p. 86-90

CARVALHO, R.E. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico.** Mediação: Porto Alegre/RS, 2008.

\_\_\_\_\_, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem.** Rio de Janeiro: WVA, 2000

CHIARA, I. D. et al. **Normas de documentação aplicadas à área de Saúde.** Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2008.

DANIELSKI, V. **Síndrome de Down: uma contribuição à habilidade das crianças Down** São Paulo: Ave-Maria, 1999, p.56.

DELVILLE, J. et al. **Promoção da saúde na educação especializada**. In: LEPOT-FROMENT, C. (Org.). Educação Especializada: pesquisa e indicações para a ação. Bauru: EDUSC, 1999. p. 193.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

GARCIA, J.N. **Manual de dificuldades de aprendizagem, leitura, escrita e matemática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. p.31-32

GODOY, Arilda S., **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**, In Revista de Administração de Empresas, v.35, nº 2, Mar/Abr 1995.

KUNC, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1992, p.25)

LIMA, Priscila Augusta, 1957. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercampo, 2006.

MAJOR, S. **Crianças com dificuldades de aprendizado**. São Paulo: Manoele, 1997, p.46.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela G. In: ARANTES, Valéria A. (Org.). **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Ed. Summus, 2006. p.96

\_\_\_\_\_, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em: <<https://accessibilidade.ufg.br/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf?1473202907>> Acesso em: 03 abr 2019

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MAZZOTTA, Marcos. José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996. P.11

MITTLER, Londero. **Implicações do Diagnóstico na aceitação da criança com deficiência: Um estudo qualitativo. Interação em Psicologia**, Curitiba, 2003

MRECH, L. M. **O que é educação inclusiva?** Revista Integração. Brasília, ano 08, n. 20, 1998, p. 37-39.

OLIVEIRA, E; MACHADO, K. S. **Adaptações curriculares: caminho para uma educação inclusiva** In: GLAT, R. (org.) Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007

OLIVEIRA, R. **Informática educativa: dos planos e discursos à sala de aula.** Campinas, SP: Papirus, 1997, p.21

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>> Acesso em 20 jun 2019

RUELA, A. **O Aluno Surdo na Escola Regular – A Importância do Contexto Familiar e Escolar.** Lisboa: Instituto Inovação Educacional. Ministério da Educação, 2000.

SAAD, Suad Nader. **Preparando o caminho da inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com Síndrome de Down.** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 09, n. 01, p. 57-78. 2003.

SCHWARTZMAN, José Salomão. **Síndrome de Down.** São Paulo: Mackenzie, 1999.

\_\_\_\_\_, José Salomão. **Síndrome de Down.** 2ªed. São Paulo: Memnon, 2003.

SIGOLO, S. R. R. L. **Favorecendo o desenvolvimento infantil: ênfase nas trocas interativas no contexto familiar.** In E. G. Mendes, M. A. Almeida & L. C. A. Williams (Orgs.). *Temas em Educação Especial: avanços recentes.* São Carlos: Edufscar, 2004, p. 189)

TRONCOSO, Maria Victoria e Del Cerro, Maria Mercedes. **Síndrome de Down: Leitura e Escrita** - Cantabria, Espanha. Masson S.A. - 1998.

UNESCO. **Declaração de Salamanca.** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 02 de abr. 2019.

VARELA, Dráuzio. **Síndrome de Down.** Disponível em: <<https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/sindrome-de-down/>>. Acesso em 29 abr 2019

XAVIER, Alexandre Guedes Pereira. **Ética, técnica e política: a competência docente na proposta inclusiva.** In: *Revista Integração.* Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. Ano 14. Edição n.º 24/2002.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em: <[https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia\\_da\\_pesquisa\\_estudo\\_de\\_caso\\_yin.pdf](https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf)> Acesso em 08 jun 2019

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

## **APÊNDICE I - ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA: O PAPEL DO PEDAGOGO E DA FAMÍLIA DA CRIANÇA**

**QUESTÃO 1** - O QUE VOCÊ PENSA A RESPEITO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

**QUESTÃO 2** – QUAIS OS ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

**QUESTÃO 3** – QUAIS AS EXPECTATIVAS DA SUA FAMÍLIA EM RELAÇÃO A TRAJETÓRIA ESCOLAR DO SEU FILHO?

**QUESTÃO 4** – QUAL O PAPEL DO PEDAGOGO PARA O CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE SEU(S) FILHO(S)?

**QUESTÃO 5** – NA SUA OPINIÃO, VOCÊ ACREDITA QUE O PEDAGOGO DEVE POSSUIR UM PLANEJAMENTO ADAPTADO ÀS NECESSIDADES DO ALUNO DOWN? O QUE SERIAM AS ATIVIDADES DESTE PLANEJAMENTO?

**QUESTÃO 6** – VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTE QUE HAJA UMA PARCEIRA DO PEDAGOGO COM A FAMÍLIA, NA BUSCA DE UM TRABALHO COLETIVO? DE QUE FORMA A FAMÍLIA CONTRIBUI PARA QUE ESSA PARCERIA SER REALIZADA?

**QUESTÃO 7** – O TRABALHO DO PEDAGOGO SERÁ INTEGRADO AO DOS PROFISSIONAIS DOS ATENDIMENTOS TERAPÊUTICOS QUE SEU FILHO FREQUENTA, TAIS COMO, FONOAUDIÓLOGO(A), FISIOTERAPEUTA, TERAPIA OCUPACIONAL, ETC. POR QUÊ?

## APÊNDICE II - TABELA DE ANÁLISE

<p style="text-align: center;"><b>QUESTÃO PALAVRA-CHAVE</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>RESPOSTAS</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>REFLEXÃO DA AUTORA</b></p>
<p>Pergunta 1 Palavra-chave: Educação Inclusiva</p>	<p>F1: Penso que seria a maneira mais adequada e eficaz das pessoas com deficiência fazerem parte da sociedade escolar. Ao encontro disso, professores com formação e disposição para fazer a inclusão verdadeira ocorrer, juntamente com a equipe pedagógica.</p> <p>F2: Entendo que é essencial e necessária, já que é aliada na tentativa de minimizar os preconceitos existentes no senso comum em relação às pessoas com deficiências intelectuais.</p>	<p>P: Quando questionados acerca da Educação Inclusiva ambas as famílias a percebem de forma positiva, uma importante ferramenta ao combate ao preconceito.</p>
<p>Pergunta 2 Palavra-chave: Educação Inclusiva</p>	<p>F1: Na verdadeira educação inclusiva, na minha percepção só há aspectos positivos, pois crianças, jovens e adultos convivem com a diversidade, reconhecendo que não há “normal” e “anormal”, mas sim individualidade e</p>	<p>P: Ao serem interrogados a respeito dos pontos positivos e negativos da Educação Inclusiva, as famílias concordam que a educação só tem aspectos positivos, pois abre as portas para a diversidade.</p>

	<p>particularidades eminentes a casa ser humano, independente da deficiência.</p> <p>F2: Para quem é incluído e quem inclui, creio que só haja benefícios. Não entendo que existam aspectos negativos.</p>	
<p>Pergunta 3 Palavra-chave: Expectativas.</p>	<p>F1: Ao longo da trajetória do meu filho, espero que as habilidades e competências sejam desenvolvidas. Espero que o currículo seja adaptado conforme as necessidades dele, sem redução de conteúdo.</p> <p>F2: As melhores, pois procuramos sempre as instituições escolares que demonstram interesse e aceitação da nossa filha, tanto no aspecto pedagógico quanto social.</p>	<p>P: Quanto às expectativas em relação a trajetória escolar, as famílias esperam observar o melhor desenvolvimento intelectual das crianças, visto buscarem instituições abertas a inclusão.</p>
<p>Pergunta 4 Palavra-chave: Pedagogo</p>	<p>F1: O pedagogo tem papel Essencial no desenvolvimento de qualquer criança, mas principalmente para crianças com deficiência. Assim, processos de alfabetização, socialização, desenvolvimento motor fino e amplo, além de encaminhamentos necessários, que auxiliem ao máximo o desenvolvimento global pode/será mediados por esse profissional.</p> <p>F2: É fundamental, pois ele tem o poder de orientar, de dar oportunidades, de favorecer o conhecimento num todo. E de facilitar as relações interpessoais do aluno com deficiência com Síndrome de Down e seus</p>	<p>P: Referente a importância do pedagogo para o crescimento e desenvolvimento das crianças, as famílias concordam que o papel dele é fundamental pois tem em mãos o poder de orientar, criar oportunidades, apresentar conhecimentos e, principalmente, facilitar as relações com os demais alunos.</p>

	colegas.	
Pergunta 5 Palavra-chave: Pedagogo	<p>F1: Sim, desde que, a pessoa com SD necessite de tais adaptações. Vale ressaltar que planejamentos adaptados podem servir para uma turma inteira, mas nem sempre o contrário é verdadeiro. As atividades adaptadas podem incluir ferramentas que sejam concretas para o entendimento de componentes mais abstratos como matemática. Para isso, nem sempre é preciso material pronto ou sofisticado. A utilização de usuais e simples podem servir para esse fim. Por exemplo: Trabalhar a dúzia colocando bolinhas na caixa de ovo.</p> <p>F2: Não são atividades diferentes dos demais alunos e sim atividades adaptadas a eles, mas que sejam eficientes para o aprendizado ser efetivo.</p>	P: Quando questionados sobre um planejamento adaptado a seus filhos as famílias estão de acordo que, devem ser individualizados e coerentes com as necessidades de cada um e que possuam um resultado eficiente.
Pergunta 6 Palavra-chave: Parcerias	<p>F1: Acredito que os profissionais sempre devem ser aliados das famílias, pois os avanços da pessoa com SD dependem de estímulos específicos de diferentes áreas. A cada fase, conforme orientação dos profissionais (fono, fisio, terapia ocupacional), firmaremos todas as parcerias necessárias.</p> <p>F2: Creio que sem esse vínculo é muito mais difícil haver êxito no processo de ensino-aprendizagem da criança especial. Procuramos, sempre que podemos informar a escola sobre particularidades no</p>	P: No que concerne a existência de parceria entre o pedagogo e as famílias das crianças, estas concordam ser importantes que haja estreito vínculo deles com o pedagogo e ainda estendem nesta parceria, a participação dos profissionais que atendem as crianças. (fonoaudiólogo(a), terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, etc.)

	desenvolvimento dela, como as dicas das terapeutas, por exemplo.	
Pergunta 7 Palavra-chave: atendimento terapêutico.	<p>F1: Sim, pois os alinhamentos das ações desses profissionais tendem a potencializar o desenvolvimento do Antônio. Ações integradas acabam por melhorar os resultados.</p> <p>F2: Certamente! É delas que partem as atividades direcionadas para a evolução motora, cognitiva, social. A família reproduz essas atividades, assim a escola também reproduzindo os resultados vistos no desenvolvimento da criança são muito mais concretos e duradouros.</p>	P: Referente a uma possível integração do pedagogo e os profissionais que fazem o acompanhamento terapêutico das crianças, as famílias